

Compra de estoque, emprego e consumo deverão dificultar o descongelamento

por Marilia Stabile
de São Paulo

Não faltarão conflitos para ser administrados pela política de preços, ainda que seja consenso a necessidade da liberação gradual da economia, mantendo a fórmula de reajustes pelas câmaras setoriais.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato vê, a necessidade de "esforço e sacrifício maior", mas lembra que "tanto o trabalhador como os empresários já foram penalizados" durante a primeira fase de ajuste. Sua fórmula para conter a inflação é o aumento da produção que "não pode sofrer mais com a redução da margem de lucro", complementa.

Analizando os últimos aumentos praticados por diversos agentes econômicos, Amato reconhece: "Muitas empresas estão sem condições de operar e classifica as câmaras setoriais como "uma válvula de escape" que não deve sofrer solução de continuidade. Ao contrário, defendeu o maior diálogo porque reconhece uma inflação remida.

O aumento de custo, reclamado pelo setor industrial e sentido pelo comércio com os pedidos de aumentos dos fornecedores (ver matéria ao lado), se dá num momento de forte recomposição de estoques de diversos setores da economia sustentados por um varejo que reagiu positivamente, em maio, tanto nas compras à crédito como a vista, em 21%, em relação a abril, segundo os dados preliminares da Associação Comercial de São Paulo. O aumento de vendas, reconhece a indústria, di-

minui os custos represados, mas não anula a necessidade de uma recomposição mais vigorosa de preços ainda que negociada nas câmaras. "Estou operando com 75% da capacidade instalada em vez dos 60% em janeiro e fevereiro; meus custos represados chegam a 30%; sem esse nível de atividade meu prejuízo estaria em algo em torno de 45%", avaliou Roberto Nicolau Jeha, da Indústria de Papel e Papelão São Roberto.

Com aumentos de fornecedores do alumínio de 20 a 35%, filmes e plásticos 40%, Horácio Cherkassky, das indústrias Klabin, espera que se estabeleça de fato uma negociação de preços, e não arbitragem de reajuste, nas câmaras setoriais, entre os diversos setores da produção. Mes-

mo porque o empresário sabe que o novo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira e o delegado Romeu Tuma deixaram claro "que não pode haver abuso" (ver matéria abaixo).

Nem todos os empresários reunidos ontem na FIESP acreditam contudo no descongelamento gradual, ainda que em níveis mais altos que os concedidos. Luiz Américo Medeiros, presidente do Sindicato da Indústria Têxtil, observa que "o congelamento existe mas sempre há fórmulas para repassar aumentos de custo", lembrando ainda a dificuldade de se controlar 4 mil indústrias do setor e complementa: "Quem não estiver contente que importe, para frear os abusos só com subsídios à importação ou fi-

nanciamento para a compra de matéria-prima".

Carlos Eduardo Uchôa Fagundes, diretor do Departamento de Estatísticas da FIESP, admite que a melhora do nível de emprego (ver página 8) acompanhada de reajustes salariais recém-acordados, como o dos metalúrgicos — com aumento variando de 42 a 46% na folha de pagamento —, "constitui mais um fator de pressão inflacionária", mas trabalha com a expectativa de que a sociedade "aceita níveis de inflação em torno de 10 a 12%" — 3 a 5 pontos percentuais acima do registrado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (Fipe). A tolerância da sociedade permitiria um realinhamento acompanhado da volta do nível de atividade, concluiu.